



Bloco de Esquerda

Europeias 2009 BE

Teatro de S. Luiz, Jardim de Inverno

2 Março

Mentiras, segredos e escapatórias

Marisa Matias

1. Mentiras

Na profusão de declarações do passado fim-de-semana passou quase despercebida a que foi proferida por Luís Amado, ministro dos negócios estrangeiros. Ficou aliviado, confessou, por não ser candidato e acrescentou: "Nunca gostei da actividade do Parlamento Europeu". Devemos compreendê-lo.

Esta instituição terá os seus defeitos, mas a investigação que levou a cabo sobre os voos e o transporte ilegal de prisioneiros, honrou a democracia. Luís Amado está habituado às conversas sussurradas entre ministros e comissários europeus, onde a transparência não é o fundamento da política e onde os direitos humanos são invocados quando é conveniente e descartados quando são incómodos.

Como pode Luís Amado gostar da “actividade do Parlamento Europeu”, se este lhe deu tantos trabalhos e dores de cabeça? Ainda muito recentemente ele teve que mover todas as influências para que o nome de Durão Barroso desaparecesse do mais recente relatório sobre os voos da CIA. Para limpar o nome de Portugal de um dossier indecoroso. Para manter incólume a razão de Estado qualquer que seja o governo.

Reparem, o que verdadeiramente preocupou o governo português neste caso foi a remoção do nome, a limpeza da nódoa, e não a relação da política com o apuramento da verdade. Para a diplomacia portuguesa, a política é como um detergente ou um tira nódoas. Para nós, pelo contrário, a democracia justifica-se quando põe a claro o que se passou para que não se repita.

Os centros secretos de tortura e a prisão de Guantánamo são a vergonha das democracias. Por isso é tão importante “tirar a limpo” o que se passou e apurar responsabilidades. Entre 2001 e 2007, o espaço aéreo europeu e respectivos aeroportos foram usados pelos serviços secretos norte-americanos. Isto não se fez sem autorização e conivência. O que nos honra é a busca da verdade e não a razão de Estado. Percebe-se agora melhor o desabafo do responsável máximo pela diplomacia nacional. Ele desvaloriza o único órgão europeu democraticamente eleito e não é por acaso.

No Conselho e na Comissão, uma mão lava a outra. Ministros e comissários prezam a lei da continuidade das políticas, mesmo quando estas põem em causa e violam os direitos humanos. O presente defende-se colocando pedras sobre o passado. Como poderia Luís Amado gostar da actividade parlamentar, se o fundamento da democracia é a transparência e não o sussurro e as trocas de favores? Não é pequena a diferença.

Conseguirá a Europa da democracia surpreender a Europa dos sussurros? Nós queremos que assim seja. O sucesso ou o fracasso da construção europeia depende disso.

2. Segredos

A “Europa dos sussurros” é a que nos tem sido oferecida. Os eurocratas não falam com os cidadãos e com as cidadãs e não gostam de perder tempo a ouvir as suas opiniões. O mesmo se passa com as lideranças europeias actuais. Sobrevivem no secretismo, na opacidade e na centralização antidemocrática dos processos de decisão. Seja o sussurro de Sócrates a Barroso – porreiro, pá! – seja o de Berlusconi a Sarkozy, este segredar é hoje a imagem da liderança da Europa – a da conversa ao ouvido. A Europa de cima é a dos consensos cozinhados em sussurro, nas nossas costas.

Candidatamo-nos porque somos europeístas mas não somos nem queremos ser eurocratas. Porque acreditamos que é possível e urgente um projecto europeu socialista e de esquerda que responda com mais democracia às fragilidades e tibiezas demonstradas pela União Europeia. Porque acreditamos ser imprescindível o reforço democrático das instituições europeias e acreditamos que esse reforço se faz com uma maior participação dos cidadãos e das cidadãs.

Recusamos a chantagem dos que nos dizem “esta Europa” ou “nenhuma Europa”. Dizemos “mais Europa” e “outra Europa”.

Uma Europa com preocupações sociais, e não uma Europa preocupada em salvar o falido sistema financeiro neoliberal; reformar o sistema financeiro de alto a baixo, recolocá-lo ao serviço da sociedade, é o nosso desafio; uma Europa com coragem para mobilizar os recursos que colocam o emprego e a solidariedade no

centro das suas políticas; uma Europa onde a diversidade não é incómodo nem “problema de segurança”, mas virtude; uma Europa socialmente coesa e solidária dentro e fora das suas fronteiras.

Defendemos, por isso, um novo Tratado, elaborado pelo Parlamento Europeu, submetido a emendas dos parlamentos nacionais e, finalmente, democraticamente ratificado. Um Tratado que seja conciso e orientado para as verdadeiras prioridades políticas em que deve assentar a União. Esta é a nossa resposta à crise institucional em que a Europa mergulhou. É uma resposta democrática com os olhos postos no futuro.

3. Escapatórias

Tanto a crise institucional como a profunda crise económica e social são o resultado de uma outra chantagem recorrente: a da “solução única”. A “solução única” é apenas “única” porque tem servido de “doutrina” a governos nacionais e a lideranças europeias. É essa política de solução única que, requentada, nos é “oferecida” a cada ano que passa. A “solução única” converteu os cidadãos em reféns do mercado. A “solução única” é a que há seis meses atrás cortava no défice público e agora oferece chorudas garantias aos banqueiros em apuros.

Com a crise, desapareceu a União. Foi quando se tornaram mais visíveis as interdependências entre os Estados europeus, quando se tornou urgente desenhar e aplicar respostas conjuntas e articuladas e quando deveria ser seguido o caminho da política e das políticas públicas que a Europa se escondeu.

Esta situação não é, contudo, estranha. Como poderiam os responsáveis por esta crise, arautos do mercado sem limites e da degradação do papel das políticas públicas na coesão social sentir-se com capacidade para vencer um ‘monstro’ que há muito andam a alimentar? Sem um verdadeiro regresso da política, a crise acentuará a polarização social e fará aumentar o recuo da união entre os Estados europeus.

Do ponto de vista do desenvolvimento sustentável, este cenário é um desastre. A crise não pode servir de desculpa nem legitimar o abrandar do cumprimento das metas ambientais definidas.

A crise actual veio abalar os pilares de um dos domínios onde a integração europeia melhores resultados vinha apresentando. Ainda por cima porque os problemas ambientais são igualmente problemas sociais – porque afectam de forma desproporcionada os mais pobres e os mais desprotegidos.

Também aqui as fronteiras não se esgotam no espaço europeu. As regras vigentes do comércio internacional têm permitido que os países europeus reclassifiquem como “matérias primas” ou “bens” o que no contexto interno é classificado como “lixo”, reintegrando-os no mercado global e reforçando a divisão internacional do trabalho e dos riscos para a saúde pública. A sustentabilidade não é um negócio. O papel de uma esquerda comprometida é também o da afirmação de políticas de igualdade em escala global, contribuindo para a requalificação de um modelo de desenvolvimento que incluía efectivamente a defesa do ambiente e da sustentabilidade.

Não aceitamos pausas neste domínio, a crise ambiental só agora está a começar.

Nos tempos que se avizinham, ouviremos certamente de novo as vozes daqueles e daquelas que – pretendendo ocultar os seus erros e justificar as suas incoerências – nos acusarão de sermos contra a Europa. Demonstraremos, porém, de novo, que as nossas convicções e as nossas propostas assentam na afirmação plena e intransigente dos valores europeus e da sua importância central para a vida de todos os cidadãos e cidadãs.